

A COMPLEXIDADE DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E OS DESAFIOS DA SUA COMPREENSÃO

Gyovana Barcelos Martins¹

Anna Clara de Paula Alves²

O tema deste resumo é A Complexidade da Constituição Federal de 1988 e os Desafios da sua Compreensão. Conhecida como “Constituição Cidadã”, ela representou um marco para a redemocratização do Brasil, estruturando a movimentação do Estado e garantindo direitos fundamentais. Todavia, por ser uma das constituições mais amplas e minuciosas do mundo, revela uma grande complexidade, transformando sua interpretação desafiadora não apenas para a nação em geral, mas também para profissionais do ramo jurídico. Qualificada como analítica, a Carta de 88 engloba assuntos que geralmente não se incluíam em um texto constitucional, o que amplia sua concentração de leis e intensifica dificuldades à sua compreensão. O objetivo deste resumo é reconhecer as razões que expõe a complexidade da Constituição de 88 e debater os impedimentos centrais que esse aspecto impõe à sociedade brasileira. Para tal fim, evidenciam-se questões como sua extensão, o uso desproporcional de linguagem técnica, a necessidade contínua de interpretação pelos tribunais e os impactos desse contexto para a cidadania. Pretende-se ressaltar que, mesmo para especialistas jurídicos, o domínio absoluto do texto constitucional não é simples, o que afasta os cidadãos do entendimento de seus próprios direitos e deveres. Infere-se que, embora a Constituição tenha fortalecido a democracia e ampliado os direitos sociais, sua estrutura complexa e o uso de uma linguagem técnica demandam um esforço maior para que o conteúdo seja mais acessível e compreendido por toda a sociedade. A metodologia utilizada foi por meio de pesquisa bibliográfica e documental, utilizando como fonte principal o texto da própria Constituição. Foi-se analisado fontes acadêmicas, artigos jurídicos e materiais complementares que abordam a complexidade e os desafios constitucionais. A pesquisa busca expor uma melhor compreensão sobre os principais fatores da dificuldade de compreensão do texto da Constituição Federal e suas consequências para a sociedade brasileira. A pesquisa bibliográfica revelou que a densidade normativa da Constituição Federal de 1988 é um dos principais elementos que contribuem para sua

¹ Acadêmica do curso de Direito do Centro Universitário de Mineiros/UNIFIMES.
gyovanacomercial@academico.unifimes.edu.br.

² Acadêmica do curso de Direito do Centro Universitário de Mineiros/UNIFIMES.
annaclaradepaulaalves7@gmail.com

complexidade. O texto constitucional aborda assuntos que poderiam ser tratados por leis infraconstitucionais, como política econômica, previdência, meio ambiente e direitos trabalhistas. Essa expansão de conteúdo leva a uma "constitucionalização excessiva" da Carta Magna, causando conflitos de interpretação e uma contínua necessidade de atualizações por meio de emendas. Essa dinâmica intensifica a complexidade do texto e dificulta a coerência das normas constitucionais. Conseqüentemente, há um deslocamento de atribuição do Poder Judiciário ao Poder Legislativo, colocando o STF como intérprete máximo da Constituição. Essa dinâmica, gera um afastamento entre o texto constitucional e o cidadão comum, que começa a ver a norma fundamental como algo técnico, distante e de difícil compreensão. Desse modo, apesar de a Constituição de 1988 ser um marco na democratização e na proteção dos direitos fundamentais, sua densidade normativa excessiva compromete a clareza necessária para compreensão do cidadão comum. Nesse cenário, é essencial investir em educação jurídica nas escolas e a simplificação de textos normativos para que a Constituição Federal recupere seu papel como um documento compreensível e acessível a todas as camadas da sociedade.

Palavras-chave: Constituição Federal de 1988. Hermenêutica jurídica. Densidade normativa. Judicialização. Cidadania.